

## Editorial



Osvaldo Cabral  
osvaldo.cabral@diariodosacores.pt

### Vem aí um furacão

O valor total do crédito concedido pelos bancos nos Açores anda à volta dos 4 mil milhões de euros.

O valor do crédito em moratórias, no país, ascendia a 45,7 mil milhões de euros.

Não se conhece qual o valor das moratórias na banca açoriana, já que, segundo informação que nos forneceu o Banco de Portugal, não são descritos os valores por regiões.

Mas calcula-se que estejam nos dois dígitos, nalgumas dezenas de milhões, sabendo-se que uma larga faixa dos pedidos de moratórias referem-se a empréstimos para habitação.

Mais de metade do crédito concedido nos Açores, acima dos 2 mil milhões de euros, é crédito à habitação, pelo que já estão a perceber o que vai acontecer se as moratórias terminarem em pleno pandemia, sem sinais de nenhuma recuperação económica por parte das famílias e das empresas.

Pois a verdade é mesmo essa: uma grande parte das moratórias, calcula-se que 20%, terminam exactamente esta semana, com as famílias a terem que voltar a pagar os empréstimos a partir de 1 de Abril.

O insuspeito Presidente da Caixa Geral de Depósitos já veio alertar para o “tsunami” que será o malparado com o fim das moratórias, sendo mais do que certo que, entre nós, teremos um furacão mais devastador do que o Lorenzo.

Vejo pouca gente preocupada com isso e ainda esta semana assistimos ao debate parlamentar, na nossa Assembleia Regional, sobre questões de ‘lana caprina’, sem que uma alminha parlamentar alerte para os problemas que realmente afectam as famílias açorianas.

Sabendo-se que uma em cada quatro famílias perdeu pelo menos 25% do rendimento em 2020, vai ser um tormento para muitas delas voltarem ao tão desejado ‘normal’ antes da crise da pandemia.

Nos Açores, a DECO detectou dificuldades financeiras em 75% dos casos que analisou, um autêntico sufoco para muitas famílias.

Duas em cada três famílias estão com dificuldades para suportar as despesas diárias, segundo ainda a DECO, o que só vem comprovar o número elevado de famílias anónimas a pedir ajuda a várias instituições sociais na nossa região.

É sobre isto que os responsáveis políticos se deviam preocupar, em vez de perderem uma manhã inteira no parlamento com votos de congratulação, de protesto ou de pesar, como aconteceu na semana que agora terminou.

Enquanto os políticos não descerem à terra, é de recear que muitas famílias açorianas vão ficar abandonadas.

E o mais certo é que, depois, recebam um voto de congratulação pela resiliência!...

É o que temos.

### Puxar para baixo

Esta história da polémica sobre se devemos ou não pedir vacinas a quem nos pode ajudar é de um ridículo atroz na boca dos políticos que alimentam o tema.

Então estamos numa espécie de guerra, precisamos de todo o tipo de ajuda, no meio do mar, e ainda há quem empurre para baixo um pedido para socorrer a população desprotegida.

É o que digo, esta gente não vive no mesmo planeta do que nós.

Continuam sem descer à terra.

## DECO detecta dificuldades financeiras em 75% de casos de famílias açorianas

Uma em cada 4 famílias perdeu “grande parte” dos seus rendimentos



Uma em cada quatro famílias perdeu “grande parte” dos seus rendimentos em 2020 e duas em cada três enfrentaram dificuldades em suportar os custos inerentes ao dia a dia, revela a Associação Portuguesa para a Defesa do Consumidor (Deco) num estudo realizado com base em 4960 agregados.

“As duras decisões políticas sobre a atividade económica, com maior peso em determinados setores, arrastaram milhares de portugueses para um limite da sua capacidade financeira”, sendo que esta situação foi “apenas atenuada pelos apoios do Estado”, como é o caso dos regimes de lay-off ou das moratórias, aponta a Deco em comunicado enviado às redações.

“Mais de um quarto dos agregados inquiridos referiram que o seu rendimento sofreu cortes iguais ou superiores a 25%”, frisa Bruno Santos, da DECO Proteste, acrescentando que “é seguro dizer que estas famílias integram o patamar dos 63% que passam dificuldades financeiras e dos 6% que enfrentam uma situação crítica”.

Ainda de acordo com Bruno Santos, “estas quebras de rendimento são explicadas pela perda de emprego, a inatividade profissional e a redução salarial”.

Segundo o barómetro da DECO, “31% dos agregados situam-se no campo ‘conforto financeiro’, mostrando facilidade em pagar as suas contas, mas não mais do que isso”.

Partindo dos dados do Instituto Nacional de Estatística, no segundo trimestre de 2020, cerca de um milhão de pessoas estava a trabalhar a partir de casa, diminuindo as despesas com transporte e alimentação em restaurantes.

Quanto às despesas mais difíceis de suportar, os inquiridos apontam a educação como o maior encargo, principalmente pela necessidade de adquirir novos equi-

pamentos para dar resposta à teleescola.

De acordo com os dados do barómetro, esta tendência verificou-se em todas as regiões, à excepção de Lisboa e Vale do Tejo, de acordo com os dados do Barómetro.

Enumerando, porém, as parcelas a que mais dificilmente as famílias conseguem fazer face, são os gastos com o automóvel, que ocupam o topo da lista.

#### Açores com elevadas dificuldades

Segundo o mesmo estudo, Porto, Vila Real, Setúbal e Aveiro são os distritos mais afetados e onde, consequentemente, as famílias apresentam maiores dificuldades.

É ainda identificado o distrito de Vila Real como o que tem mais agregados em zona de desconforto (82%), seguido por Aveiro (79%). Em Leiria e Setúbal, as percentagens rondam também os 70%.

Contrariamente, “os distritos de Bragança, Braga, Castelo Branco e Lisboa apresentam menor sufoco financeiro”, conclui a Deco.

Já no sul e nas ilhas, o Algarve e a Madeira sofreram o maior impacto nos rendimentos, nomeadamente no distrito de Faro onde as “dificuldades financeiras atingem mais de 80% das famílias”.

Nos Açores, o barómetro detectou dificuldades financeiras em 75% dos casos.

As actividades dependentes do turismo, quase congeladas, tiveram um papel a desempenhar no encurtamento da liquidez. Mais de 40% dos inquiridos no Algarve e na Madeira dão conta de um decréscimo do rendimento em 25% ou mais.

No Alentejo, “o cenário é um pouco melhor, mas, ainda assim, os dados são igualmente preocupantes”. Em Évora, contabilizaram-se 76% de agregados em esforço.